
AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

Resumo do artigo anterior:

- Ilustra, com referências a Sun Tzu, a necessidade de se dispor de um Serviço de Informações, necessidade essa que é de todas as épocas e de todos os regimes, em condições de apoiar o Conselho da Revolução, os poderes legislativo, executivo e judicial, as forças armadas, a diplomacia, as comunidades portuguesas no estrangeiro, as relações económicas externas e até os partidos e os sindicatos.
- Propõe estudar em particular cada um dos sectores de actividade das informações atrás indicados, para contribuir para a dignificação do perfil público do Serviço de Informações, que está a ser deteriorado e que urge rectificar e corrigir para bem da eficiência da pesada tarefa de governar.
- Faz uma apreciação histórica que divide em três partes:
 - da fundação da nacionalidade, à conquista de Ceuta
 - da conquista de Ceuta, à independência do Brasil
 - da independência do Brasil, à independência de Angola.
- Cobre a primeira parte, focando a acção contra os mouros, a consolidação e fortificação dos reinos de Portugal e do Algarve, salientando a importância das informações para conduzir as complexas negociações com a Cúria Romana, as lutas e as perigosas conversações com os reinos católicos da península, e, simultaneamente, manter a pressão da guerra sobre os muçulmanos, que é levada ao Algarve africano com a conquista de Ceuta.

3. DA TOMADA DE CEUTA, A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

D. Afonso III impunha à sua corte um regime de grande austeridade, mas não poupou na educação do filho Diniz, e dela se encarregou o português Domingos Jardo, doutor pela Sorbona.

D. Diniz, que cedo começou a participar com o pai nos encargos da realeza, já como rei, mandou vir de Génova o Almirante Manuel Pessanha, a quem confiou a organização e o comando da nova Marinha de Guerra para defender o reino da cobiça, fosse de vizinhos ambiciosos, fosse de piratas mouriscos.

Para valorizar o solo do reino transformou dunas em pinhais. Para se individualizar dos restantes Estados peninsulares determinou o emprego da língua nacional em diplomas notariais e escritos públicos. E, para abrir aos leigos os estudos, até então confinados aos mosteiros, criou os Estudos Gerais e mais tarde a Universidade, onde, além da teologia e outras disciplinas, se iniciou o estudo da astrologia e da astronomia, com base nos estudos e trabalhos, que seu avô, Afonso X de Castela, promoveu em Toledo num ambiente plurirracial e pluricultural onde convergiram as culturas judaica e árabe, italiana e maiorquina, o que muito facilitou aos futuros pilotos a aprendizagem da navegação pelos astros⁽¹⁾.

Nacionalizou as *Ordens Militares* (excepto a do Hospital) cuja missão, em tempo normal, era a de *vigilância e informação* e de primeira resistência na defensiva, e de primeiro ataque na ofensiva, passando em tempo de Guerra a um plano principal, constituindo nos combates a mais sólida força da hoste real⁽²⁾. Transformou a Ordem do Templo na Ordem de Cristo (1319) que, em 1356, passou a sua sede para Tomar.

Deu forma e concretizou as remodelações introduzidas na nossa organização militar por D. Afonso III. Foi definida a missão do *Adail-mor* a quem competia *organizar e dirigir o serviço de segurança* em marcha e nos estacionamentos, e o *serviço de informações* quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz. Para o desempenho das suas tarefas dirigia o trabalho de grupos de exploradores — *almogávares* ⁽³⁾ — que eram comandados pelos *almoçadens*. Manteve-se o *Guarda-mor*, responsável pela segurança pessoal do rei, que comandava 24 cavaleiros ou escudeiros, chamados *acostados*, que acompanhavam o rei tanto de dia, como de noite⁽⁴⁾.

(1) Hernâni Cidade, Portugal Histórico-Cultural, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1975, págs. 17 a 21.

(2) História da Expansão Portuguesa no Mundo, de A. Baião, H. Cidade e M. Múrias,

(3) Distinguiram-se nestas missões Menendo Pires e Martins Moab, em 1147, na conquista de Santarém.

Lisboa, 1937, vol. I, pág. 106.

(4) O guarda-mor e os seus acostados nada tinham a ver com a Escolta Real a Cavalo, que era uma escolta de honra, que não tinha qualquer responsabilidade na segurança do rei

Pode dizer-se que foi a política esclarecida de D. Diniz criando as bases da organização do exército nacional e da marinha de guerra, de uma economia agrária ao serviço da coroa e de uma universidade ao serviço do povo que permitiu, cem anos mais tarde, dar início à expansão portuguesa pelo continente africano.

D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando souberam dar continuidade à política avisada de D. Diniz e, D. João I, filho natural de D. Pedro, Mestre da Ordem de S. Bento de Aviz desde os sete anos, é, pouco mais de um mês após a morte de D. Fernando (22 de Outubro de 1383), eleito regedor e Defensor do Reino e, em 6 de Abril de 1385, declarado vago o trono pelas Cortes de Coimbra, é eleito novamente, mas agora como Rei de Portugal.

D. João de Castela, evitando o Alentejo que era área de influência do Mestre de Aviz, invade Portugal pelo vale do Mondego na segunda semana de Julho, apoiado por um contingente francês, enquanto o comando português, com D. João I, escolhe Abrantes como centro de expectativa estratégica, para a hipótese de virem mais forças pelo Alentejo, onde se encontra Nun'Álvares, em Estremoz.

Nessa altura revela-se historicamente a existência de um verdadeiro *serviço de informações* (5), apoiado por um serviço de ligações, dirigido por Martim Afonso de Melo, guerreiro famoso e tronco da linhagem dos Fialhos, a servir os quartéis-generais de Abrantes e Estremoz. Discute-se a possibilidade de realizar uma finta sobre Sevilha, aguardam-se reforços ingleses, colhem-se mais informações através de patrulhas de descoberta e parlamentários (6). Nun'Álvares toma a decisão, que o rei sanciona, de iniciar a marcha ofensiva, cortando o passo ao invasor. Envia-se mais patrulhas e parlamentários e faz-se um prisioneiro que testemunham o efectivo esmagador do inimigo.

D. João I decide enviar imediatamente um agente que, sob o disfarce de segundo parlamentar, deve procurar o rei de Castela, «mas guardando bem que gentes eram e como corrigidas e toda a sua ordenança», palavras de Fernão Lopes. O parlamentar escolhido foi o escudeiro Gonçalo Annes Peixoto (7) que contacta com as hostes inimigas, em Pombal.

(5) A. Botelho da Veiga, De Estremoz a Aljubarrota, em «O Instituto», vol. 80.º, n.º 5. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930.

(6) Chronica do Condestabre, Cap. LI.

(7) Fernão Lopes, Chronica de D. João I, Cap. XXVIII.

O movimento das tropas castelhanas é controlado por informações e por um destacamento de exploração de 100 cavaleiros, enviado de Porto de Mós em direcção a Leiria. Toda esta actividade militar apoiada pelas informações e pelo serviço de ligações culminou com a batalha de Aljubarrota (1385), em que as tropas castelhanas foram completamente derrotadas.

D. João I casa, em 1387, D. Filipa, filha de João de Gant, duque de Lencastre e, 24 anos depois assina a paz definitiva com Castela, desistindo o monarca espanhol de qualquer direito à coroa portuguesa.

Garantindo a retaguarda pelo equilíbrio diplomático conseguido pelo casamento, D. João começa, em segredo, a preparar a política de expansão marítima planeada pelos seus directos colaboradores Álvaro Pais⁽⁸⁾, João das Regras⁽⁹⁾, Nun'Álvares, a própria rainha, o vedor da Fazenda João Afonso e finalmente os filhos⁽¹⁰⁾. Em segredo preparam-se os meios para o desembarque em África e, aproveitando o infausto acontecimento da morte da rainha, em 19 de Julho de 1415, surpreendeu os adversários embarcando cinco dias depois, acompanhado pelos Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, numa frota de mais de duzentas velas, e aprofando a África, tomou Ceuta de assalto a 21 de Agosto do mesmo ano.

D. João I acrescentou ao seu título de «Rei de Portugal e do Algarve», o de «*Senhor de Ceuta*». Daqui por diante Castela passa a espiar, por todos os meios, os movimentos sempre suspeitos e secretos dos portugueses⁽¹¹⁾ e inicia-se a concorrência e o conflito de soberania além-mar.

Para continuar a garantir a estabilidade diplomática de que carecia a sua política de expansão, D. João I negocia para suas filhas Brites e Isabel casamentos, respectivamente, com T. F. Alan, conde de Arundel, da Inglaterra (1405) e Filipe III, conde da Flandres e duque de Borgonha, da França (1429).

Por sua morte (1433), é aclamado rei D. Duarte, que todo o mundo culto de então chamava Eduardo e que era casado com Leonor de Aragão. Em 1437, por instância de seus irmãos D. Henrique e D. Fernando, empreende a conquista de Tanger⁽¹²⁾, empresa que foi malograda custando

(8) Padrasto de João das Regras e chanceler-mor de Portugal, durante os reinados de D. Pedro I e D. Fernando.

(9) Chanceler-mor de D. João I, formado pela Universidade de Bolonha.

(10) António Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*, 4.ª Edição, Lisboa, 1975

(11) Jaime Cortezão, *A Política de Sigilo dos Descobrimientos*, Lisboa, 1960, pág. 19.

(12) Esta operação não teve o apoio das Ordens Militares, o que contribuiu em grande parte para os desastres sofridos. Mais tarde Afonso V conseguiu obter autorização do Papa, através da Bula «Etsi Cundi», para utilizar as ordens militares nas guerras em África, mas mesmo assim as ordens recusaram-se a tomar parte em guerras ofensivas de nossa iniciativa

grande número de vidas e, para salvar o resto das forças portuguesas, estas tiveram que capitular, ficando como reféns o infante D. Fernando até ser restituída Ceuta. As Cortes de Leiria opuseram-se à troca da praça africana pelo infante, que aliás partilhava de igual opinião.

Após cinco anos de uma Governação pouco feliz, é vitimado pela peste.

D. Afonso V, por morte de seu pai, é aclamado rei em 1348, quando tinha apenas 6 anos.

Ainda no período de regência do infante D. Pedro, o Papa Eugénio IV, com a Bula «Rex Regnum», concede a D. Afonso V e seus sucessores as terras tomadas aos infiéis em África e as que viessem a descobrir do Cabo Bojador até às Índias. Em 1446 descobre-se a Guiné. D. Henrique, como Grão Mestre da Ordem Militar de Aviz é feito donatário de todas as terras do ultramar adquiridas e por adquirir para todo o sempre.

D. Afonso V, aproveitando contingentes reunidos para uma cruzada para que se tinha oferecido e que não se chegou a realizar, apresenta-se de surpresa com a armada no porto de Alcacer-Ceguer, em 1448, e toma a praça de assalto. No mesmo ano institui a Ordem Militar da Torre e Espada e, a 7 de Junho, fez a doação do governo espiritual das conquistas ultramarinas à Ordem de Cristo, conseguindo assim não desperdiçar toda a sabedoria acumulada pela ordem, em consequência da recusa de tomarem parte activa nas guerras ofensivas de iniciativa portuguesa. Dois anos depois morre o Infante D. Henrique e, em 1461, é criada a capitania de Arguim, confiada a Soeiro Mendes. Foram também criadas na mesma altura duas capitánias na ilha de S. Tiago. A primeira a Sul, com sede na Ribeira Grande, confiada a António da Noli e seus herdeiros⁽¹³⁾. A segunda abrangendo o Norte da ilha, com sede em Porto de Alcatrazes, foi concedida a Diogo Afonso, dignidade que lhe foi conferida como recompensa dos seus trabalhos no reconhecimento das sete ilhas, além das cinco primitivamente descobertas. Todos nomeados pelo Infante D. Fernando irmão do Rei e herdeiro do Infante D. Henrique.

Com o falecimento de Henrique IV de Castela (1474) surge uma crise dinástica que provoca um conflito grave entre Afonso V e os Reis Católicos.

Em 1475, D. Afonso V, nomeando seu filho regente⁽¹⁴⁾, entra em Castela por Arronches, à frente de um exército de 20 000 homens, casa com a

(13) António da Noli era mercador, navegante e cartógrafo, natural de Génova.

(14) O Príncipe D. João nesta altura já contava 20 anos.

sobrinha D. Joana e é solenemente jurado rei de Castela e Leão. Os Reis Católicos vendo os seus interesses peninsulares seriamente ameaçados e conhecedores das grandes vantagens que para Portugal advinham da navegação e do comércio ao longo da costa de África, decidem atacar-nos vibrando um golpe decisivo na Guiné e em Cabo Verde e, aproximadamente três meses, após a entrada de Afonso V em terras de Castela, já estavam a ser dados os primeiros passos no caminho da ofensiva por mar contra os domínios africanos de Portugal.

A rainha Isabel de Aragão reivindicou os direitos que dizia ter à conquista das partes da Guiné⁽¹⁵⁾ e organizou três expedições que atacaram quase simultaneamente a costa dos Azenegues e a ilha de S. Tiago, que devastou, trazendo consigo despojos, quinhentos escravos e o próprio donatário, o genovês António da Noli. Os mercadores genoveses solidarizaram-se com o seu compatriota e tentaram resgatá-lo por mil dobras de ouro, mas o rei D. Fernando de Aragão, certamente graças a outras vantagens, mandou que o soltassem.

Na realidade António da Noli, nas conversações que teve com D. Fernando, aceitou pura e simplesmente a sua soberania sobre a ilha e respectivos moradores⁽¹⁶⁾, e revelou-lhe todos os seus conhecimentos de mercador, navegante e cartógrafo e toda a experiência acumulada, em doze anos de permanência na escala de navegação mais favorável ao conhecimento de todo o sistema de comércio da Guiné, incluindo a Mina de Ouro.

Jaime Cortezão, na obra já citada afirma:

«Esta série de circunstâncias convence-nos de que este conhecimento do ponto vulnerável mais importante nos domínios ultramarinos dos portugueses, assim como dos meios náuticos para atingi-lo e do mecanismo do comércio que o valorizava, foi revelado por António da Noli o troco da liberdade e dos grandes interesses de donatário, que ele julgou irremediavelmente ameaçados. António da Noli, *condottière* genovês, anuncia por vários modos Colombo»⁽¹⁷⁾.

E adiante escreve:

«Mas o alarme — e alarme terrível — fora dado e provocou da parte de D. João II uma série de disposições, todas destinadas a reforçar

⁽¹⁵⁾ Carta da rainha Isabel de Aragão de 19 de Agosto de 1475.

⁽¹⁶⁾ D. António de la Torre — Carta de D. Fernando, o Católico, de 6 de Junho de 1477. Documento divulgado em 1958(?)

⁽¹⁷⁾ Jaime Cortezão, obra citada, págs. 26 e 27.

e defender o monopólio do tráfico ultramarino dos produtos ricos já antes esboçado pelo Infante D. Henrique, mas que atingem o auge com o *Príncipe Perfeito*. Entre essas disposições avultam como vamos ver, as que respeitam ao *segredo sobre as vias e meios de transporte, os centros produtores, os objectivos últimos e mais distantes e a ciência náutica e cosmografia* adquirida e elaborada na experiência diuturna dos Descobrimentos»⁽¹⁸⁾.

Assim D. João II, depois de através do tratado de Alcáçovas⁽¹⁹⁾ conseguir que «...o senhorio da Guiné, estendendo-se desde o cabo Não e Bojador até às Índias inclusivamente, como todos os mares adjacentes, ilhas e costas com seus tractos, pescarias e resgates, e assim as ilhas da Madeira, dos Açores, das Flores e do Cabo Verde, bem como a conquista do reino de Fez, ficasse *in solidum*, e para sempre ao dito rei e príncipe de Portugal, e a todos os seus herdeiros e sucessores...», e de nas cortes de 1481, com que abriu o seu reinado, num dos capítulos dos povos⁽²⁰⁾, estes lhe pedirem que «...não mais consinta que os estrangeiros se estabeleçam em seu reino e senhorios», alegando várias razões e mencionando expressamente Florentinos e Genovêses que «...a estes reinos nunca fizeram proveito, salvo roubá-los de moeda de ouro e prata e *descobrir vossos segredos da Mina e das ilhas...*»⁽²¹⁾, manda imediatamente a Cabo Verde, Pedro Lourenço como syndicante, com poderes especiais e alçada judicial, julgando os efeitos sem apelação nem agravo, e execução nos bens dos culpados, podendo ainda aplicar penas de cadeia, degredo, perdimento de capitánias, officios, bens e fazendas.

Quanto ao reforço das medidas de segredo, cria a lenda de que navios redondos não podiam tornar da Mina. Somente os navios latinos, «e isto porque em nenhuma parte da cristandade os há senão as caravelas de Portugal e do Algarve e os galeões de Roma, que não são para navegar tão longe»⁽²²⁾.

A caravela latina foi uma conquista técnica dos portugueses e o instrumento náutico indispensável para aproveitar e vencer o sistema de agentes físicos à superfície dos oceanos e principalmente junto aos litorais⁽²³⁾. Era

(18) Idem, idem, pág. 28.

(19) 4 de Setembro de 1479.

(20) Burguesia mercantil da época.

(21) Jaime Cortezão, obra citada, pág. 28.

(22) H. Lopes de Mendonça, Estudos sobre os Navios Portugueses nos Séculos XV e XVI, Lisboa, 1892.

(23) Jaime Cortezão, obra citada, pág. 33.

portanto lógico que os portugueses procurassem salvaguardar o exclusivo da sua utilização, o que fizeram através de disposições legais que proibiam a venda de caravelas a estrangeiros, bem como a sua construção fora do território nacional⁽²⁴⁾.

Os pilotos, os mestres e os marinheiros eram proibidos de servir nações estrangeiras «sob pena que se ao contrário fizerem e lhe for provado, percam pelo mesmo feito todos os seus bens móveis e de raiz, metade para a nossa câmara e a outra para quem o acusar e, além disso, sejam degredados para a ilha de Santa Helena, porque pois em nossos reinos tem bem em que ganhar suas vidas em nossas armadas e navegações».

Quanto aos roteiros, livros de bordo, relações de escritvães e cartas de marear, sabe-se com segurança que foram sequestradas sistematicamente dos olhos indiscretos. A quasi totalidade das cartas portuguesas dos Séculos XV e XVI pertencem hoje a bibliotecas e arquivos não portugueses.

Tudo o que se relaciona com cartas de marear ou mapas mundi, estrangeiros ou portugueses, livros de marinharia, de astrologia ou de viagem, roteiros ou relações de escritvães de bordo eram considerados património secreto do Estado⁽²⁵⁾.

Além das medidas cautelares que se manifestam através de legislação e da forma de manuseamento e arquivo, o segredo geográfico em relação às cartas de marear revestiu-se também de outra forma muito característica dos portugueses que foi a da *fraude cartográfica*, que aliás foi praticada até meados do Século XVIII, com erros que iam dos 4 aos 30 graus, tanto em latitude como em longitude, o que induziu Colombo a errar, por excesso, 27 quilómetros em cada grau terrestre no equador, erro que está na base do seu plano de descobrir a Índia pelo ocidente.

D. João II também procurou manter o segredo do objectivo supremo de todo o esforço náutico dos portugueses que era o descobrimento do caminho marítimo para a Índia.

O plano para alcançar esse objectivo — o tráfico rico do Oriente — foi concebido por D. João II. Envia primeiramente por terra Frei António de Lisboa e Pero de Montarroyo que, por não dominarem o árabe, chegam a Jerusalém e vêem-se forçados a voltar para trás. Com os ensinamentos

(24) Ordenações Manuelinas, I. 4.º, Tit. LXXXVIII, último §.

(25) Jaime Cortezão, obra citada, págs. 42, 43 e 44.

colhidos por esta tentativa falhada amadurece o seu plano e executa-o por duas formas simultâneas:

- por mar encarrega Bartolomeu Dias de chegar à Índia
- e por terra encarrega Pero da Covilhã⁽²⁶⁾ de alcançar as regiões que marginam o Mar Vermelho e daí embarcar num navio mouro que o levasse ao Índico, para estudar as relações entre a Índia das especiarias e a África do ouro (Sofala) e avaliar a distância aproximada a que ficava a Índia da parte mais ocidental da África; e Afonso de Paiva⁽²⁷⁾ de visitar e trazer informes concretos sobre o reino de Prestes João, cabendo-lhe ainda averiguar se a África era contornável pelo hemisfério Sul.

Bartolomeu Dias dobrou o Cabo das Tormentas em 1484.

As informações colhidas por Pero da Covilhã e Afonso de Paiva chegaram às mãos de D. João II em 1491, trazidas por dois emissários — Abrahão de Beja e Joseph de Lamego — que o rei, ansioso por conhecer os resultados das averiguações dos dois viajantes, enviara ao Cairo.

Há indícios seguros de que se realizaram viagens secretas na costa oriental da África⁽²⁸⁾, até à descoberta formal do caminho marítimo para a Índia.

O remate de toda esta política de segredo, de colheita de informações e de deformação dessas mesmas informações, foi o tratado negociado por plenipotenciários, em Tordesilhas, em 2 de Junho de 1494 e ratificado por D. João II, em Setúbal, em 5 de Setembro do mesmo ano.

Na altura da assinatura do tratado só os portugueses tinham ideias concretas e muito aproximadas sobre a situação e a realidade geográfica da Índia e sobre a estrutura geral do Globo⁽²⁹⁾ e a sua negociação procurou

(26) Partiram a 8 de Maio de 1487.

(27) Idem.

(28) — Dr. T. A. Chumovsky, *Três Roteiros Desconhecidos de Ahmad Ibn Madjid, O Piloto Árabe de Vasco da Gama*, Leninegrado, 1958.

— Costa Brochado, *O Piloto Árabe de Vasco da Gama, com tradução do Prof. Myron Malkiel — Jirmounsky*, Lisboa, 1959.

— Gabriel Ferrand, *Introduction à l'Astronomie Arabe*.

— Mu'alim Kanaca (Mestre Astrólogo) Ahmad Ibn Madjid, piloto árabe de Vasco da Gama, referido nas crónicas portuguesas através do aporuguesamento das palavras Múalim Kanaca.

(29) Jaime Cortezão, obra citada, pág. 134.

defender e garantir, para a coroa portuguesa, a posse do caminho marítimo para a Índia, bem como a posse de uma grande parte dos territórios do Brasil actual.

Um ano depois, em 25 de Outubro de 1495, morre o Príncipe Perfeito que conduziu em vida a mais notável política de segredo e de colheita de informações de toda a história portuguesa. Foi a primeira vez e a última que Portugal conduziu negociações disfrutando de nítida superioridade em relação à outra parte contratante.

Embora sem estrutura própria e individualizada, podemos dizer que os planos de expansão marítima que tiveram o seu epílogo com a descoberta do caminho marítimo para a Índia e do Brasil, foram acompanhados por um *sistema de informações* orientado por uma hábil política de informações e segredo que D. João II foi o obreiro insigne, devendo por isso ser considerado o patrono do *Serviço de Informações Portugueses*, uma vez que em sua vida e na defesa dos superiores interesses nacionais, a política de informações atingiu o mais alto grau de aperfeiçoamento e eficiência.

A política de segredo não se deteve com o falecimento de D. João II, mas não volta a atingir a perfeição a que foi levada naquele reinado. «D. Manuel foi apenas um pálido discípulo de D. João II. O grande Mestre e mais astuto criador da política de segredo foi o Príncipe Perfeito e essa uma das mais acabadas e maquiavélicas perfeições»⁽²⁰⁾.

Dado que em nosso entender, a partir do reinado de D. Manuel se entra, no tocante a informações e à salvaguarda do segredo, num período de decadência que se prolonga até aos nossos dias, o aproveitamento do suporte histórico desta introdução vai ser feito com muito menos detalhe.

Com a administração de D. Manuel começam a surgir alguns factos que contribuem para o início dessa decadência, embora no seu reinado se tenha descoberto o tão desejado caminho marítimo para a Índia, notável acontecimento que levou o historiador-filósofo inglês Arnold Toynbee⁽²¹⁾ em fase jovem e individual da difusão das suas ideias, a dividir a história humana em duas grandes caminhadas — a do homem pré-gâmico e a do homem pós-gâmico, por considerar que com este feito cuidadosamente

⁽²⁰⁾ Jaime Cortezão, obra citada, pág. 166.

⁽²¹⁾ Arnold Toynbee — *Civilization on Trial and the World and the West* — Trad. recente de Luiz de Sena, Comp. Edit. Nacional, S. Paulo, Brasil. Este livro constitui uma colectânea de palestras realizadas pelo autor, quasi todas proferidas antes de 1940.

planeado, preparado e executado, se deu o primeiro passo para a unificação moral do mundo, que ainda não se completou.

Em 31 de Julho de 1492, expira em Espanha o prazo de saída dos judeus decretada em Março do mesmo ano. Saíram de Espanha 800 000 judeus, dos quais cerca de um terço obtiveram licença para entrar em Portugal⁽³²⁾ e foram viver para as judiarias de várias localidades, integrando-se nas comunas judaicas que, apesar dos ódios e invejas gerais, os poderes públicos concediam protecção religiosa e civil⁽³³⁾. Contam os historiadores que os comissários enviados pelos judeus espanhóis a Portugal para solicitarem a permissão de entrada, lhes escreveram que deviam vir, porque a água já era deles (o comércio marítimo?), a terra é boa e os habitantes parvos. Esta «anedota» é atribuída por Alexandre Herculano à malevolência da época, mas não deixa de a relatar⁽³⁴⁾.

D. Manuel, movido pela ambição, negocia o casamento com a filha maior dos Reis Católicos, Isabel de Aragão, que acederam à pretensão, impondo duas condições:—uma liga contra a França;—e a expulsão de todos os judeus espanhóis que, condenados pela inquisição, estavam refugiados em Portugal⁽³⁵⁾.

Estas cláusulas contratuais vieram reforçar as medidas tomadas por D. Manuel que culminam com a decisão tomada em Muge, em Dezembro de 1496, de expulsar os judeus e muçulmanos livres, dando-lhes o prazo de dez meses para saírem do reino.

Enquanto isto se passava, navegava Vasco da Gama a caminho da Índia, em dificuldades no Canal de Moçambique, chegando a 22 de Janeiro de 1497 a Quelimane com a esquadra que beneficiara de todas as indicações e dados de experiência de Bartolomeu Dias e de Pero da Covilhã⁽³⁶⁾ e levando a bordo intérpretes de línguas africanas e língua árabe. E, em 19 de Maio, chega a Calecut.

O sucesso da viagem só é conhecido na Europa quando Nicolau Coelho, comandando a Bérrio, pilotada por Pero Escobar, regressa ao Tejo, em 10 de Julho de 1499.

(32) Alexandre Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Tomo I, Imprensa Nacional, 1864, Reedição da Livraria Bertrand. Obras Completas, 1975, Livro I, pág. 82.

(33) *Idem*, *idem*, pág. 106.

(34) *Idem*, *idem*, pág. 107.

(35) O contrato de casamento foi assinado em Agosto de 1497.

(36) António Sérgio, obra citada, pág. 59.

Entretanto as famílias judaicas que conseguem sobreviver às perseguições horrorosas que lhe moveram, fixam-se na Itália, no Oriente e, preferencialmente, na Flandres (Antuérpia).

A missão de Vasco da Gama, que é recebido triunfalmente no Tejo, em 9 de Setembro de 1499, completada pela de Pedro Álvares Cabral⁽³⁷⁾ e João da Nova⁽³⁸⁾, fez de Portugal o intermediário máximo e de Lisboa o empório do grande comércio, frequentada por enxames de navios e mercadores de todo o mundo⁽³⁹⁾.

Os acontecimentos porém haviam demonstrado que o comércio oriental deveria ser apoiado pela força e, em 1502, são mandados cinco navios para o Índico para proteger as feitorias de Cananor e Cochim e no verão guardar a entrada do Mar Roxo, para impedir a passagem das «Naus de Meca»⁽⁴⁰⁾ que faziam o tráfico para o Mediterrâneo.

Em 1503, foram mandadas três armadas comandadas por Francisco de Albuquerque, Afonso de Albuquerque e António Saldanha e revela-se o primeiro grande herói militar do Índico — Duarte Pacheco Pereira⁽⁴¹⁾ que, na qualidade de capitão-mor do mar, teve que em Cochim defender-se do samorim de Calecut com reduzidos efectivos e deficientes meios de combate, suprindo tudo pelo valor indómito e por notáveis dotes de estratégia⁽⁴²⁾, firmou o prestígio dos portugueses no Oriente.

Todas as medidas tomadas revelam-se insuficientes. Os problemas nacionais começam a ser estudados com pouca profundidade e as decisões são sempre tomadas tardiamente e executadas com carência de meios.

Continua a verificar-se a necessidade de mais esforço e de mais força para manter o comércio da Índia e a necessidade de controlar e coordenar

(37) Em 1500, a mais poderosa armada (13 navios), comandada por Cabral, largou do Restelo a 9 de Março de 1500, oficializa a descoberta do Brasil, tendo sido expedido para Portugal um navio com a notícia do que se passara, e chega a Calecut no dia 13 de Setembro. Inicia a viagem de regresso em Janeiro de 1501 e chega ao Tejo a 23 de Junho.

(38) João da Nova parte com 4 navios em Março de 1501 e regressa dezoito meses depois (Setembro de 1502).

(39) António Sérgio, obra citada, pág. 63.

(40) Chamavam-se Naus de Meca aos navios mouros que traziam para o Mar Roxo os carregamentos de pimenta destinados ao Cairo e Alexandria, onde os venezianos a vinham comprar, para depois a comerciar no centro da Europa.

(41) Militar e navegador distintíssimo e autor do célebre *Esmeraldo de Situ Orbis*, editado pela Academia Portuguesa de História, em 1954, 3.ª Edição com Introdução e Anotações Históricas por Damião Peres.

(42) António Sérgio, obra citada, pág. 65

totalmente a defesa dos nossos interesses pelo que, em 1505, foi nomeado, por um triênio, D. Francisco de Almeida para, na qualidade de vice-rei, permanecer no Oriente com 22 navios e cerca de 1500 homens.

D. Francisco de Almeida garantiu, na costa oriental de África, três pontos de apoio: Quiloa e Mombaça que ocupou e Melinde, cujo rei se conservava fiel. Na Índia, levantou a fortaleza de Angediva e negociou, com os chefes locais, a construção de fortalezas em Cananor e Cochim.

O Plano de D. Francisco de Almeida era manter o exclusivo da navegação para os portugueses, tendo em terra apenas os pontos de apoio necessários ao carregamento da pimenta, abrigo e manutenção dos navios e descanso das tripulações. António Sérgio conclui⁽⁴⁾: «seria esse possivelmente, o sistema mais sensato, se a Coroa houvesse organizado as finanças (quer dizer, o comércio do Oriente e as suas despesas da Metrópole) de maneira a não ter déficit».

D. Francisco de Almeida e seu filho Lourenço continuam, apesar da falta de apoio, a escrever páginas brilhantes da nossa história militar e naval. Trava-se a «batalha de Rumes», na qual a frota do Sultão do Egipto, reforçada com artilharia veneziana, foi completamente derrotada (3 de Fevereiro de 1509).

O comércio dos produtos orientais é levado a efeito por três órgãos distintos: — as feitorias do Oriente, centros de compra de mercadorias; — a Casa da Índia, centro de recepção; e a feitoria da Flandres, centro de distribuição das mercadorias, de financiamento e de aquisição de mercadorias de troca para o comércio em África e no Oriente.

Na Casa da Índia passavam as especiarias aos navios flamengos e holandeses que as levavam à feitoria da Flandres, em Antuérpia, onde eram entregues a grandes firmas compradoras alemãs e italianas em regime de monopólio. Estas firmas eram apoiadas, ou pertenciam já, a famílias judaicas portuguesas, ou que haviam estado em Portugal, que procuraram refúgio na Flandres e na Itália e que conheciam bem o modo de proceder e actuar da casa real e dos seus conselheiros nos negócios comerciais e financeiros e na defesa dos interesses nacionais e do seu povo.

As dificuldades financeiras da coroa e os encargos com a defesa do monopólio do Índico foram tornando cada vez mais tolerantes as restrições ao comércio com o Oriente.

(4) António Sérgio, obra citada, pág. 66.

Os portugueses tomaram para si a parte mais difícil, arriscada e dispendiosa do trabalho do transporte até Lisboa, deixando aos outros o transporte para os centros comerciais da Europa central, a distribuição aos mercados consumidores, e a produção dos bens de troca.

Pensa-se que a «anedota» celebrizada por Herculano, no seu estudo sobre a inquisição em Portugal e já referida nesta introdução tem inteira aplicação aos portugueses de então, a despeito de todos os sacrifícios e rasgos de valor e audácia no Oriente.

Não havia ninguém na corte, com influência sobre o rei, para apreciar com espírito crítico tal situação e pôr cobro aos excessos. Os homens inteligentes, esclarecidos e experientes que aconselharam e auxiliaram D. João II foram marginalizados, ou refugiaram-se na Flandres.

Gil Vicente com o seu espírito crítico e mordaz, comentou, com a maior oportunidade, as nossas grandezas e servidões de então considerando Portugal «o alferes da Fé» e comentando o «cheiro daquela canela / o Reino despo-voava», e os que ficavam eram perturbados pelos «fumos da Índia» (44).

Em 1506, parte para a Índia Afonso de Albuquerque, sob as ordens de Tristão da Cunha, que em Abril de 1507 toma Socotora e deixa ali Albuquerque com 6 naus e 500 homens que, depois de terrivelmente ter bombardeado Ormuz, obteve o consentimento para ali construir uma fortaleza. Os seus homens também estavam tocados pelos males do reino. Recusam-se a continuar a construção do forte, insubordinam-se e só combatem à força. Quatro navios abandonam-no ficando reduzido à sua nau. Quando estava em Cananor (1508), recebe a incumbência do rei de governar a Índia. Escolhe Goa para a capital do seu Império, que toma em Fevereiro de 1510, tendo feito dela uma cidade portuguesa.

Consolidada a posse da capital, tomou Malaca, em Maio de 1511, avassalou o arquipélago Malaio, consolidou a posse de Ormuz, procura conquistar Aden e sonha ir a Meca e apoderar-se do tesouro sagrado e do próprio corpo do Profeta, para resgatar o Santo Sepulcro. Mal sucedido, volta a Ormuz e no regresso a Goa morre (45) na viagem, feliz por se libertar das inferioridades alheias e da estupidez da corte. A corte do tempo não

(44) Hernâni Cidade, Portugal Histórico-Cultural, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1974, pag. 72.

— António Sérgio, obra citada, pág. 95.

(45) 16 de Dezembro de 1515.

merecia homens como D. João de Almeida e Afonso de Albuquerque. Os portugueses espalharam-se pelo Oriente, navegando, comerciando e combatendo numa vida espantosa de aventureiros, cheios de lances dos mais romanescos, toda *imprevisto* e variedade, toda pitoresco e energia heróica ⁽⁴⁶⁾ e ⁽⁴⁷⁾. Mas aqui não há um plano, tudo é deixado à iniciativa pessoal, os portugueses deixaram de ter quem estudasse e planeasse a aplicação das suas energias e a protecção das suas actividades de forma mais rendosa. Isso não apareceu no sector dos poderes constituídos e também não surgiu no campo privado dos grandes interesses, em resultado da fuga provocada dos elementos mais valiosos das nossas comunidades que eram os portugueses que professavam a religião judaica e constituíam, apesar dos seus defeitos, a parte válida para tirar partido da situação ímpar de que Portugal disfrutava no reinado de D. Manuel — o domínio dos mares e o tráfico do Oriente.

Quando D. Manuel morre em 1521, o povo estava descontente e depauperado pela fome e pela peste, que também vitimou o rei.

O Governo de D. João III tentou acudir ao descalabro do regime colonial-marítimo: por um lado, buscando sustentar a decomposição da Índia; e procurando por outro lado, acudir ao Brasil, ameaçado pelos piratas estrangeiros.

Para a Índia foi mandado D. João de Castro e em 1530-1535 é o Brasil dividido em 12 capitanias cujos donatários tinham poderes soberanos, menos o de cunhar moeda. Em África foi decidido em 1542 abandonar Safim e Azamor e em 1549 foram abandonadas Arzila e Alcácer Ceguer. Volta o censo e a meditação à corte de D. João III.

Tudo o que se faz é resultado de estudo apurado e por motivos de grande prudência administrativa. Mesmo as medidas tomadas pelo próprio rei que se revelavam defeituosas, eram de imediato corrigidas, como se verificou em relação ao primeiro plano de colonização do Brasil, em que o Estado ficava ausente e assim foi resgatada a capitania da Baía e em 1548

(46) António Sérgio, obra citada, pág. 77.

(47) D. Lourenço de Almeida — Ceilão (1505) e Maldivas (1507); Tristão da Cunha, ilhas do seu nome (1506); Pedro de Mascarenhas, ilhas do seu nome, sendo as mais conhecidas Maurícia e Reunião (1513); Jorge Alvares aportou à China próximo de Cantão (1513); Diogo Lopes de Sequeira — Malaca (1511); Francisco Serrão — Molucas (1572); Gomes Sequeira — Borneo e Celebes (1518); D. Jorge de Menezes — Papuásia (1527); António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto — Japão (1542).

nomeado 1.º Governador-Geral Tomé de Sousa, com quem partiram também os primeiros missionários Jesuítas⁽⁴⁶⁾.

Do Brasil começou a vir o açúcar, o algodão e o pau brasil. O comércio da Índia em nítida decadência, começa a sofrer o desafio dos franceses, ingleses e holandeses.

Alexandre Herculano que foi «talvez um tanto injusto com o rei D. João III», no dizer de António Sérgio⁽⁴⁷⁾, concluiu que por grande que haja sido a preponderância dos seus ministros e conselheiros nos negócios públicos, no que tocava às questões religiosas essa preponderância era subordinada à sua vontade⁽⁴⁸⁾.

A riqueza monetária, grande parte do comércio e a indústria estavam nas mãos da gente hebreia e esta não poderia deixar de tirar partido dessa vantagem para se vingar daqueles que haviam assassinado ferozmente milhares de irmãos seus⁽⁴⁹⁾. E por outro lado a inveja dos menos abastados e o fanatismo avivado e incitado pelo clero regular, contribuíram para levar ao auge o ódio radicado das multidões, sobretudo da gentilha, aos judeus.

Além disso, segundo afirmava o Cardeal Lourenço Pucci, D. João III procurava pela via da intolerância religiosa expoliar os judeus, que constituíam a classe mais opulenta do país⁽⁵⁰⁾, e assim, durante 20 anos, combate com o papado para lhe arrancar o estabelecimento de inquisição em Portugal⁽⁵¹⁾.

Estas negociações estudadas em detalhe por Alexandre Herculano ilustram de um modo bem claro como em certas alturas, mesmo cortes esclarecidas podem conduzir os negócios do estado nos limites extremos da intolerância e do fanatismo, em ambiente de corrupção, tanto de governantes, como de eclesiásticos, para servir ambições lesivas dos direitos

(46) As providências de D. João III para o Brasil foram o regimento de que foi portador Tomé de Sousa, que se pode considerar a primeira constituição do Brasil; os regimentos de que foram portadores o provedor-mor e o ouvidor lançaram as bases da futura organização financeira, jurídica e social do Brasil. Cfr. Alfredo Pimenta, «D. João III (Porto, 1937). As mais importantes providências que acompanharam e seguiram durante o reinado de D. João III e depois no Séc. XVII, a nomeação do primeiro Governador Geral, estão registadas no códice n.º 112 do Arquivo Histórico Colonial, cujo índice se encontra no «Catálogo da Expansão Histórica da Ocupação», Lisboa 1937, I, pág. 63, sob o n.º 96.

(47) António Sérgio, obra citada, págs 98 e 99.

(48) Alexandre Herculano, obra citada, Tomo I, pág. 106.

(49) Trágicas perseguições de 1506, no reinado de D. Manuel.

(50) Alexandre Herculano, obra citada, Tomo I, pág. 235.

(51) A Inquisição foi estabelecida em Portugal em 1536 e o seu primeiro regimento conhecido é de 1552. Fazem-lhe uma profunda alteração (23 capítulos) em 1504.

individuais mais sagrados, e que fizeram com que as negociações da Santa-Sé sejam hoje consideradas como um exemplo de conduta repugnante de negociações.

Durante este período vergonhoso das relações entre Portugal e a Santa-Sé destacamos simbolicamente um tal Duarte da Paz que, como delegado «secreto» dos cristãos-novos e espia do rei, no desempenho enquinado de funções de negociador e informador duplo, contribui para o início do desprestígio das actividades de informações ao nível do escalão supremo da administração pública. Os espias do rei, as informações que estavam a ser trabalhadas e os objectivos a alcançar naquela época e no âmbito das negociações com Roma, em nada se relacionavam com a defesa dos interesses nacionais. Serviam sim, embora na pessoa do rei, interesses desvirtuados pelo fanatismo, pela intolerância e pela ambição, que arruinaram o país, num dos momentos mais críticos da sua existência.

Tanto na metrópole, como mais tarde no oriente⁽⁵⁴⁾ a ferocidade da inquisição foi uma das causas da completa ruína económica, que não tardou.

Tirinizados e desprotegidos em Portugal foram os judeus juntar-se às suas comunidades na Holanda e na Inglaterra, sendo incalculável o que perdemos com esta política de perseguição.

D. João III morre em 1557, deixando o trono a seu neto Sebastião, sob a regência da rainha D. Catarina. O Cardeal D. Henrique ambicioso do poder supremo, coadjuvado pela Companhia de Jesus e aproveitando-se do seu elevado cargo de Inquisidor-Geral, não poupava esforços para dificultar a vida à cunhada, que acabou por lhe entregar a regência e a tutoria do rei, que durou até 20 de Janeiro de 1698.

Os jesuítas, responsáveis pela educação de D. Sebastião convencem-no a fazer-se paladino da fé católica, contra os protestantes e maometanos⁽⁵⁵⁾. Foi acumulando erros sobre erros e acabou por sacrificar a flor da aristocracia numa aventura que aniquilou o país⁽⁵⁶⁾.

Com o desaparecimento de D. Sebastião sobe ao trono, em 28 de Agosto de 1578, o Cardeal D. Henrique, que como já foi referido era Inquisidor-Geral desde 1539.

⁽⁵⁴⁾ A Inquisição é estabelecida em Goa em 1557, no primeiro ano do reinado de D. Sebastião, sob a regência de D. Catarina.

⁽⁵⁵⁾ António Sérgio, obra citada, pág. 103.

⁽⁵⁶⁾ Alcácer Quibir, 4 de Agosto de 1578.

Na corte de Almeirim⁽⁵⁷⁾ são apreciados sete pretendentes à sucessão do cardeal-rei. Prevalece o que tinha a vantagem da força: a força das armas e a força do ouro, gasto habilidosamente pelo seu enviado Cristóvão de Moura, contra a qual nada puderam, nem a eloquência de Febo Moniz, nem a audácia de D. António⁽⁵⁸⁾ que, depois de ter sido aclamado rei, tumultuosamente em Santarém, em 19 de Setembro de 1580, e batido em Alcântara, fugiu para o Norte, onde ainda esboça uma resistência, a caminho da França. Depois de várias intervenções nos Açores, com o apoio naval dos franceses, refugiou-se em França, onde foi sempre perseguido por agentes da corte de Espanha, e mais tarde em Inglaterra que também deu apoio a uma tentativa de tomada do poder com um desembarque em Peniche (16 de Maio de 1589). Morreu em França, em 26 de Agosto de 1595.

Filipe II entra em Portugal em 1581 e, perante as cortes de Tomar, jurou as condições em que reinaria.

A união com Castela faz cair sobre nós a Holanda e a Inglaterra protestante. Os comerciantes e navegadores judeus portugueses e estrangeiros, que estiveram ao serviço de Portugal e que emigraram para Flandres e Inglaterra, ajudavam e orientavam os nossos inimigos, tanto em terra, como no mar. Aniquilaram-nos a esquadra com o sonho trágico da «Invencível Armada», o que dá a liberdade ao saque dos portos portugueses na Europa, em África e no Brasil⁽⁵⁹⁾. Fundam-se feitorias no Oriente geridas por companhias privadas inglesas, holandesas e francesas e sofremos as graves consequências do encerramento dos nossos portos aos navios ingleses e dos Estados Gerais⁽⁶⁰⁾. Os holandeses ocupam grandes áreas em Angola e no Brasil e, em 1637, iniciam a sua administração regular, mas tal situação não dura muito tempo, estava na forja a revolução portuguesa.

Filipe II conduziu uma política equilibrada, e respeitou integralmente as condições que havia jurado em Tomar, mas já assim não se passou com Filipe III e Filipe IV que consideraram preferível a absorção, o que descontentou o povo⁽⁶¹⁾ e os fidalgos que começaram a conspirar, contando para rei com o duque de Bragança, com a França como aliada⁽⁶²⁾ graças à

⁽⁵⁷⁾ 11 de Janeiro de 1580.

⁽⁵⁸⁾ António Sérgio, obra citada, pág. 104.

⁽⁵⁹⁾ Pernambuco, em 1594; Forte de Arguim e Faro, em 1595; Açores, em 1597.

⁽⁶⁰⁾ Holanda.

⁽⁶¹⁾ Tumultos populares em Évora e no Algarve, em 1635.

⁽⁶²⁾ O Cavaleiro de Saint-Pré, é enviado a Portugal como agente de Richelieu, em 1638, pondo à disposição do Duque 50 navios, 12 000 infantes e 1000 cavalos.

política de Richelieu (1585-1642) de abater o poderio dos espanhóis e com a agitação e desejo também de independência de Nápoles, Aragão e Valência. As hesitações do Duque de Bragança D. João, dado que sua mulher D. Luíza de Gusmão era espanhola, levaram os conspiradores mais impacientes a pensar em substituí-lo por seu irmão Duarte ou a formar até uma república, como a holandesa.

Porém, o duque discretamente decide-se e, com o auxílio dos franceses, João Pinto Ribeiro organizou a revolução que foi planeada em Vila Viçosa, durante caçadas, realizadas para servir de cobertura aos encontros conspiratórios, que culminam com a acção dos conjurados no dia 1.º de Dezembro, com a revolta popular e com a coroação do Duque na Sé, quinze dias depois.

O país encontrava-se controlado pelos jesuítas, pelos comissários e familiares da inquisição⁽⁴³⁾ e pelos agentes de Castela.

D. João IV não seguiu uma política triunfalista e considerou que a situação portuguesa era delicadíssima. Procura reorganizar o Exército com Matias de Albuquerque, a quem incumbiu a reparação das praças e o adestramento dos novos terços. Despachou embaixadores para França, Inglaterra, Suécia, Holanda, Dinamarca e Roma. Com excepção dos dois últimos, os novos aliados enviaram tropas, navios e munições que tanto rareavam no reino. D. João reduz os poderes da inquisição, não consentindo no confisco dos bens dos condenados⁽⁴⁴⁾.

A ajuda dos aliados não durou muito tempo por diversas razões. Sublevações de fidalgos e do clero descobertas e punidas com penas capitais e grande severidade não encorajaram muito os nossos aliados que consideravam D. João IV um monarca temporário, até que a Espanha se libertasse de outros problemas e pudesse concentrar o peso das suas forças para o neutralizar. Quando morre D. João IV, malquistado com a Inquisição (1656), sucede-lhe no trono D. Afonso VI, rapaz débil, com uma paralisia parcial e de fracos dotes intelectuais, sob a regência da Rainha, que era muito enérgica. A Espanha aproveita a oportunidade para exercer novamente pressão sobre Portugal. A Inglaterra absorvida com a guerra civil não nos dá qualquer apoio. A França, onde Mazarino substituíra Richelieu,

⁽⁴³⁾ O Último Regimento da Inquisição, Introdução e actualização de Raul Régo, Lisboa, 1971, págs. 63 e 67.

⁽⁴⁴⁾ Regimento de Inquisição de 1640.

alterou a sua política com a Espanha, a ponto de propor a Afonso VI o vice-reinado de Portugal ou a coroa do Brasil, ficando o rei de Espanha novamente a dominar Portugal, mas auxiliou-nos na restauração da nossa aliança com a Inglaterra que embora continuasse a não nos dar qualquer apoio, aceitou o casamento de Carlos II de Inglaterra com D. Catarina de Bragança⁽⁶⁵⁾ que levava como dote Tânger, a ilha de Bombaim e o livre domínio do porto de Gale, em Ceilão, se chegássemos a recuperar a ilha, e mais 800 000 libras em dinheiro e uma anuidade de 30 000 libras para a Inglaterra nos mandar, como auxiliares, soldados veteranos da guerra civil, de que estava deseiosa de se ver livre, e apoio da esquadra.

Este acordo foi mal recebido e provocou uma revolução palaciana que foi dominada. D. António de Sousa Macedo (1606-1682) e os condes de Castelo Melhor e Atouguia convenceram o rei a dispensar a regência materna e a declarar a sua maioridade.

É reconhecida a necessidade do Exército ser instruído e reorganizado por profissionais. Contratou-se Frederico, Conde de Schomberg, oficial alemão que servia em França, com oitenta oficiais e quatrocentos inferiores, para organizar um poderoso exército com veteranos ingleses, voluntários e mercenários franceses e alemães e com levas de portugueses recentemente organizadas, com que se consolida a independência e convence os nossos aliados. Isto encorajou os franceses a oferecer ao débil D. Afonso uma princesa de sua casa, neta de Henrique IV (1666)⁽⁶⁶⁾, que se apaixonou pelo cunhado D. Pedro.

D. Pedro, à frente de uma conspiração, considera o irmão incapaz de governar e com o título de Príncipe Regente começa a reinar (1667) e casa com a cunhada (1668), que mais tarde obtém a anulação do casamento. Em 13 de Fevereiro de 1668 assinou o chamado Tratado de Lisboa, pelo qual a Espanha reconhece a independência de Portugal, sem contudo restituir Ceuta. Ficamos assim, a Norte de Sahará, apenas com Mazagão.

⁽⁶⁵⁾ D. Catarina de Bragança, depois da morte de Carlos II regressou a Lisboa, em 20 de Janeiro de 1693, mandou edificar o palácio da Bemposta para sua residência e em 1704 governou o Reino durante o tempo em que el-rei seu irmão foi percorrer a província da Beira e, no ano seguinte enquanto durou a enfermidade do mesmo D. Pedro II. Este palácio é onde se encontra instalado actualmente o comando da Academia Militar.

⁽⁶⁶⁾ Maria Francisca Isabel de Sabóia, Mademoiselle d'Aumal, filha do Duque de Nemours e Isabel de Vendôme.

Em 1674, e apesar dos acordos, os espanhóis tentam uma conspiração para repor D. Afonso VI⁽⁴⁷⁾, que na altura estava encarcerado no Castelo de Angra. Descobertos os planos, foram os responsáveis condenados e D. Afonso VI transferido dos Açores para Sintra, onde acaba por morrer em 12 de Setembro de 1683, sendo D. Pedro aclamado rei. Três meses depois da morte de D. Afonso, morre também D. Maria Francisca e D. Pedro II por instância dos nobres volta a casar com D. Maria Isabel, filha do eleitor palatino do Reno, Filipe Guilherme, que chega ao Tejo, em 1687, a bordo de uma esquadra inglesa a 1 de Agosto.

Em 1699, começam a chegar grandes quantidades de ouro do Brasil⁽⁴⁸⁾. Também se descobriram diamantes, que eram propriedade da Coroa e por sua conta vendidos em Amsterdão.

A metrópole praticava com o Brasil o mesmo erro que com a Índia. O território nacional era um simples canal de circulação de toda a riqueza que ia para a Inglaterra e para a Holanda. Era a indústria dos países estrangeiros que aproveitava sobretudo das nossas riquezas coloniais, que apenas transitavam pela metrópole, mantendo-se nela o comunitarismo de Estado⁽⁴⁹⁾. Os ingleses à sombra de tratados mal negociados, ou negociados em más condições, adquirem privilégios em Portugal e nas colónias que, além de serem ultrajantes, lhe conferiam regalias que por vezes nem sequer eram usufruídas por nacionais.

Na guerra da sucessão, os espanhóis perderam Gibraltar e um exército inglês e holandês, desembarcado em Lisboa, em Março de 1704, e as tropas portuguesas sob o comando do Marquês das Minas invadem a Espanha e ocupam Madrid, em Julho de 1706. Este triunfo foi efémero e tiveram que retirar com pesadas perdas. D. Pedro morreu com os frios desse ano e D. João V é coroado, em 1 de Janeiro de 1707. Continua a política de seu pai, consente a manutenção das operações ofensivas contra a Espanha. Com esta guerra, Portugal sofreu os maiores desgastes e prejuízos. Os ingleses que a haviam promovido, quando lhes conveio fizeram a paz de Utrecht (11 de Abril de 1713) e abandonaram-nos à nossa sorte. A guerra

(47) Carlos II não dissimulava as suas intenções, e no brasão espanhol continuava a figurar o escudo das quinas nas moedas cunhadas em 1675 e 1683.

(48) A primeira fundição em Taubaté data de 1694. As fundições desempenhavam três funções: eram casas da moeda, eram oficinas metalúrgicas e eram repartição de finanças, pagando o ouro um quinto para a coroa.

(49) António Sérgio, obra citada, pág. 114.

da sucessão foi para nós uma grande calamidade que esgotou os recursos do reino e deixou o exército e a marinha em circunstâncias de mal poder acorrer às colónias, onde as vicissitudes da guerra se tinham reflectido, também de uma forma trágica.

A despeito de todas estas limitações, ainda por duas vezes foi a esquadra, em auxílio do Papa, ao Mediterrâneo, contra os turcos e em que da segunda vez ganharam sozinhos a batalha do Cabo de Matapan (1717), sob o comando do Conde de Rio Grande.

Os reinados de D. João V e de D. José foram um chamado delírio de luxo beato, à custa das minas do Brasil. Com D. João V dá-se um avanço ténue na moralização da Inquisição, passando os presos a nomear defensores seus e as sentenças do Santo Ofício passaram a ser comunicadas ao rei, para serem confirmadas pelo seu Conselho. Sob o ponto de vista político dividiu a única secretaria que existia em três: Marinha e Ultramar, Estrangeiros e Reino.

D. João esteve paralítico, desde 1742 a 1750, ano em que morreu, depois de ter feito um esforço honesto para nos fazer reentrar na Europa culta, sob a influência dos então chamados «estrangeirados»⁽⁷⁰⁾, dos quais se distingue Luiz Verney que alerta o país para o estado a que chegou a Europa nos vários domínios do saber, comparando-a com estado de Portugal nesse campo, e apresenta um plano muito completo da renovação mental e social. Culturalmente Portugal encontrava-se na Idade Média.

D. José chamou à governação o Marquês de Pombal que só começou a governar verdadeiramente após o terramoto de 1755. Reconstrói Lisboa, sob o plano de Eugénio dos Santos. Começa a pôr drásticas restrições à acção dos jesuítas, autorizados a entrar em Portugal por D. João III, acabando por os expulsar em 3 de Setembro de 1759. Reforma a Inquisição⁽⁷¹⁾. Em 1762, aproveitando um conflito com a Espanha resultante de uma acção naval da que depois se veio a chamar a Guerra dos Sete Anos, pediu auxílio à Inglaterra que, além de tropas, enviou também um general seu, reinante

(70) Jacob de Castela; Luiz Verney (1713-1792); Ribeiro Sanches, médico, (1699-1783); D. Luiz da Cunha, embaixador (1662-1749), autor do notável Testamento Político que orientou a acção do Marquês de Pombal.

(71) Último Regimento da Inquisição, obra citada, corrigia os erros dos regimentos anteriores e que eram: o réu não conhecer as testemunhas que o acusavam; alguém ser condenado pelo depoimento de uma só pessoa; permitir torturas durante os interrogatórios; confiscar bens aos que cumpriam as suas penas; e não haver recurso para o Juízo da Coroa.

na Prússia, o Conde Lippe, que disciplinou o exército e orientou a construção de muitos fortes. Nessa altura, D. José decidiu finalmente abandonar Mazagão.

A reestruturação da máquina de Estado, iniciada por D. João V, a expulsão dos jesuítas e as alterações introduzidas na Inquisição criaram à Coroa algumas condições para começar a controlar o país.

A luta do Marquês de Pombal foi árdua e vigorosa, à sombra do rei, procurou coarctar os abusos da igreja e da corte, ao mesmo tempo que protegeu as artes e as ciências, a indústria e o comércio e tentou pela primeira vez, nesta dinastia, emancipar o país da tutela estrangeira. Com a morte de D. José, sobe ao trono D. Maria, em 24 de Fevereiro de 1777, o Marquês é afastado de todos os seus cargos e é restaurada a política de fausto religioso de D. João V. Funda-se a Academia Real das Ciências de Lisboa, que vê aprovados os seus primeiros estatutos em 24 de Dezembro de 1779. Neste reinado instituiu-se ainda a Academia da Marinha e a Academia Militar de Fortificação.

D. Maria I, já viúva, foi considerada impossibilitada de reinar, tomando conta dos negócios do Estado D. João, em 1792, data em que começam a chegar a Portugal as ideias renovadoras da revolução francesa que alarmam os governantes. Estes, embora desprezando o conselho da Inglaterra, que já nessa altura dispunha de um bom serviço de informações, aliaram-se à Espanha contra a França, indo um contingente aos Pirenéus. A Espanha é obrigada a rever a sua política, alia-se com a França contra a Inglaterra e negoceia a partilha de Portugal. Havia nessa altura em Portugal dois partidos equilibrados — os francófilos e os anglófilos — o que dá origem a uma grande imprecisão à nossa política na época. Por fim, Napoleão, aliado aos espanhóis, fez invadir Portugal (Junot 1807), por Castelo Branco, chegando as forças francesas a Abrantes, quasi despercebidamente e a Lisboa sem dar um tiro.

O Príncipe D. João, aconselhado pela Inglaterra, embarcou para o Brasil, calculando-se que atrás dele tenham ido cerca de 15 000 pessoas que levaram imensas riquezas e tudo quanto puderam.

A Inglaterra, primeiro com sir Arthur Wellesley (mais tarde Duque de Wellington) combate os franceses que retiram e depois com Beresford, ajuda Portugal a organizar novamente as nossas forças. Entretanto Sout (1809) volta a invadir o território nacional pelo Norte, o que faz voltar a Portugal Wellesley, para repelir o invasor.

Em 1810, ocorre a mais forte invasão que já encontra as forças anglo-

-lusas organizadas, que no Bussaco e nas Linhas de Torres, construídas em segredo, detiveram o invasor que decidiu retirar e que sofreu uma longa perseguição até para além dos Pirenéus, em que tomou parte um jovem que mais tarde seria conhecido por Marquês de Sá da Bandeira.

Combatiam em França os anglo-luso-espanhóis, quando Napoleão caiu.

Em 1815, o Brasil é elevado à preeminência de Reino e o Príncipe Regente é denominado Regente do Reino de Portugal do Brasil e Algarves.

No Congresso de Viena a Inglaterra desapareceu-nos novamente. Em 26 de Março de 1816, morre a rainha e D. João é proclamado rei, ainda no Brasil.

Em Portugal, que esteve sob o domínio inglês, governava Beresford. Houve uma revolta em 1818 que custou a vida a Gomes Freire. Os oficiais ingleses receberam ordem de retirar e não foi permitido o desembarque de Beresford que havia ido ao Brasil conferenciar com o rei. Nomeou-se uma nova regência, tendo sido convocada uma assembleia para elaborar uma constituição, a de 1822, que não vingou. O Rei volta a Portugal, por conselho e insistência dos ingleses, deixando no Brasil o filho mais velho, D. Pedro, e jura a constituição. Com este acto não concordam, nem a Rainha, nem seu filho Miguel, que se põem à frente do partido absolutista.

Os radicais muito liberais para a Metrópole, mas pouco para o Brasil, provocaram neste a reacção que conduz à sua independência, em 7 de Setembro de 1822, com D. Pedro como Imperador ⁽⁷²⁾.

A independência do Brasil foi um acto profundamente revolucionário que destruiu os alicerces da economia nacional, tendo que se organizar a Metrópole para a sua auto-suficiência.

Encerra-se assim o segundo período da apreciação histórica, durante a qual dominamos o Algarve africano, achamos a Madeira e os Açores e, aproveitando o estudo de Arnold Toynbee ⁽⁷³⁾, como vanguarda da cristandade ocidental ampliamos, com os espanhóis, o horizonte e o domínio da sociedade que representávamos, até abranger todas as terras habitáveis e mares navegáveis do Globo.

A acção dos portugueses é estimulante para os espanhóis e da competição surge o Tratado das Tordesilhas que foi negociado por D. João II de um modo perfeito e que se pode considerar o epílogo da sua magistral polí-

⁽⁷²⁾ António Sérgio, obra citada, pág. 129.

⁽⁷³⁾ Arnold Toynbee, Um Estudo de História. Trad. Prof. Vieira de Almeida, Lisboa, 2.ª Edição, 1969, pag 110.

tica de informações e segredo.

O reinado de D. Manuel é curioso, por ser aquele em que atingimos o auge e iniciámos a decadência.

D. João III, ainda com alguns conselheiros do Príncipe Perfeito, toma a grande decisão de manter apenas o possível no Norte de África e transferir o esforço do Índico para o Brasil. Mas o seu fanatismo religioso faz com que se instaure no reino o Santo Ofício controlado pelos jesuítas que afugentam e perseguem horrorosamente os judeus que vão para a Holanda e Inglaterra arrecadar os lucros da passagem do comércio do Oriente, do Mediterrâneo para Lisboa.

A união com a Espanha arruina-nos ainda mais e atrai sobre nós a cobiça de holandeses e ingleses que mais tarde, aliados com os franceses, nos ajudam a restaurar a independência.

A partir daí passamos a estar estreitamente controlados pelos franceses e depois pelos ingleses que disfrutavam de largos privilégios e mantinham feitorias em Lisboa e Porto de grande projecção em todo o território nacional.

O Marquês de Pombal fez a única tentativa séria para nos libertar da tutela estrangeira.

Em 1822, estávamos perante uma situação trágica a que a geração seguinte vai fazer frente, em condições extremamente difíceis pois não tínhamos quaisquer órgãos de informações para apoiar a máquina do Estado.

Essas informações poderiam e deveriam existir, mas sob controlo dos ingleses que ainda durante mais de meio século exercem sobre território nacional uma pesada tutela.

(Continua).

General Pedro Cardoso.